

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.483.720 - SP (2019/0100117-5)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : **TRANSPORTADORA DELZAN EIRELI**
ADVOGADOS : **RICARDO AMARAL SIQUEIRA - SP254579**
CAROLINE THEREZO PINHEIRO E OUTRO(S) - SP400883
AGRAVADO : **DELZAN LOGISTICA EIRELI - EPP**
ADVOGADO : **LUIZ AUGUSTO WINTHER REBELLO JUNIOR E OUTRO(S) - SP139300**

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por TRANSPORTADORA DELZAN EIRELI contra decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, com fundamento no artigo 105, III, "c", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão assim ementado:

"RECUPERAÇÃO JUDICIAL ESSENCIALIDADE DOS BENS Decisão judicial que indeferiu o pedido de cancelamento do mandado de busca e apreensão Alegação de impossibilidade de retirada de bem essencial à continuidade da empresa, conforme previsto no § 3º do art. 49 da Lei n. 11.101/05, parte final, sendo que caminhões são o coração/motor de qualquer transportadora, e a retirada destes impacta demasiadamente na produtividade da empresa Descabimento O prazo da prorrogação do stay period encerrou-se aos 17 de outubro de 2017, e como consequência, encerrou-se a suspensão das ações e execuções existentes contra as recuperandas - ainda que o período do stay period tenha sido findo, é possível o exame a respeito da essencialidade dos bens com o intuito de não deixar que sejam retirados da esfera de uso da empresa recuperanda, sob pena de lhe causar enorme prejuízo As recuperandas beneficiaram-se de stay period maior que o legal, ultrapassando prazo equivalente a um ano Hipótese em que deveriam ter buscado acordo com os credores extraconcursais, de modo a obter a manutenção da posse de tais veículos, ou ainda, se o caso, colocar em funcionamento os caminhões que se encontram inativos, para que estes cumpram as funções que estão/estavam sendo exercidas pelos caminhões que não estão sujeitos à recuperação judicial Essencialidade não reconhecida Decisão mantida Agravo de instrumento não provido" (fl. 203, e-STJ).

No recurso especial, a recorrente alega divergência jurisprudencial com relação ao art. 49, § 3º, da Lei nº 11.101/2005. Sustenta a necessidade de continuar com os bens objetos de busca e apreensão para o regular desenvolvimento das atividades essenciais da empresa (e-STJ fls. 214/230).

Com as contrarrazões (e-STJ fls. 296/301) e não admitido o recurso na origem, vieram os autos conclusos a esta relatoria.

É o relatório.

DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

Superior Tribunal de Justiça

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece prosperar.

Inviável o recurso especial com base na alínea “c” do permissivo constitucional.

Nos termos dos artigos 1.029, § 1º, do Código de Processo Civil de 2015 e 255, § 1º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, a divergência jurisprudencial deve ser comprovada e demonstrada, em qualquer caso, com a juntada das cópias integrais autenticadas dos julgados paradigmas ou da indicação do repositório, oficial ou credenciado, inclusive mídia eletrônica, em que se achem publicados, fazendo-se a transcrição dos trechos dos arestos que configurem o dissídio, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados.

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 04 de outubro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator